



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
2ª CÂMARA

*PROCESSO TC 14389/18*

Origem: Paraíba Previdência - PBprev

Natureza: Atos de pessoal – aposentadoria

Interessado(a): Josefa Dominícia de Jesus Santos

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

**ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. APOSENTADORIA.**

Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais. Regularidade. Deferimento de registro ao ato.

**ACÓRDÃO AC2 – TC 00600/19**

**RELATÓRIO**

**1. Origem: Paraíba Previdência - PBprev.**

**2. Aposentando(a):**

2.1. Nome: Josefa Dominícia de Jesus Santos.

2.2. Cargo: Auxiliar de Serviços.

2.3. Matrícula: 134.511-7.

2.4. Lotação: Controladoria Geral do Estado.

**3. Caracterização da aposentadoria (Portaria - A - 1295/2018):**

3.1. Natureza: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - proventos integrais.

3.2. Autoridade responsável: Yuri Simpson Lobato – Presidente do(a) PBprev.

3.3. Data do ato: 07 de agosto de 2018.

3.4. Publicação do ato: Diário Oficial do Estado, de 14 de agosto de 2018.

3.5. Valor: R\$1.182,70.

**4. Relatório:** Em relatório inicial (fls. 59/63), a Auditoria questionou o tempo de contribuição. Notificado, o Gestor encartou defesa (fls. 66/78), não acatada pelo Corpo Técnico quanto à regra aplicada no cálculo proventual, que deveria ser a mais benéfica, ou seja, a contida no art. 3º, I, II e III da EC 47/15 (fls. 81/83).

**5. Agendamento** para a presente sessão, sem intimações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
2ª CÂMARA

*PROCESSO TC 14389/18*

**VOTO DO RELATOR**

A dilação processual pode ser evitada, porquanto a Auditoria, ao tempo em que conclama a regra mais benéfica, pode estar promovendo a supressão de parcelas da base de contribuição, o que destoaria de precedentes desta Câmara (Acórdão AC2 – TC 00518/19), bem como ante o Parecer do Ministério Público de Contas, da lavra da Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, nos autos do Processo TC 13620/18.

Atestada a regularidade dos demais atos do procedimento em relatório da Auditoria e no parecer oral do Ministério Público, o Relator VOTA pela legalidade do ato de deferimento do benefício e do cálculo de seu valor, bem como pela concessão do respectivo registro.

**DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB**

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 14389/18**, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em **CONCEDER** registro à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais do(a) Senhor(a) JOSEFA DOMINÍCIA DE JESUS SANTOS, matrícula 134.511-7, no cargo de Auxiliar de Serviços, lotado(a) no(a) Controladoria Geral do Estado, em face da legalidade do ato de concessão (**Portaria - A - 1295/2018**) e do cálculo de seu valor (fls. 50/51).

Registre-se e publique-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara.

Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.

Assinado 28 de Março de 2019 às 08:27



**Cons. Arthur Paredes Cunha Lima**  
PRESIDENTE

Assinado 27 de Março de 2019 às 15:03



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
RELATOR

Assinado 27 de Março de 2019 às 20:59



**Bradson Tibério Luna Camelo**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO